

CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA *e* POLÍTICA *de* PRIVACIDADE

PARA TERES UM NEGÓCIO DIGITAL LEGAL

OLÁ, SOU A MAFALDA

Advogada de Empreendedoras
Notívaga por natureza
Portuense de gema
Fanática por livros

E estou aqui hoje para te ajudar a descomplicar a linguagem legal e a **empreender dentro da lei** — online e offline.

ESTA APRESENTAÇÃO É PROPRIEDADE DE MAFALDA COIMBRA E NÃO É DE TODO PERMITIDA A SUA DIVULGAÇÃO.
ENCONTRAM-SE RESERVADOS OS DIREITOS DE AUTOR.

NOS ÚLTIMOS ANOS...

- Conheci pessoalmente muitas das pessoas incríveis que o digital me deu (e conversei com tantas outras **no nosso podcast**);
- Concretizei o meu maior objetivo em 2021 de **abrir um escritório** físico com o Miguel;
- Abri uma **comunidade com +250 empreendedoras** gratuita onde podem partilhar recursos, fazer networking e até criar parcerias!

...e para te ajudar a ti hoje, temos de começar pela lei.

“NÃO TENHO WEBSITE,
PRECISO DE TERMOS E
CONDIÇÕES NA MESMA?”

A RESPOSTA É: CLARO QUE SIM!

Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro

“Constitui a liberdade contratual um dos princípios básicos do direito privado. Na sua plena aceção, ela postula negociações preliminares íntegras, ao fim das quais as partes, tendo ponderado os respectivos interesses e os diversos meios de os prosseguir, assumem, com discernimento e liberdade, determinadas estipulações.”

COMO POSSO DISPONIBILIZAR OS TERMOS SE APENAS TENHO INSTAGRAM?

1. Criar um *documento Word/PDF/Google Docs/Canva* com os teus Termos e Condições, contemplando:

- Informação de quem vende o serviço;
- Características do serviço;
- Preço do serviço;
- Indicação do prazo e do Direito de Arrependimento;
- Duração do Contrato de Prestação de Serviços.



COMO POSSO DISPONIBILIZAR OS TERMOS SE APENAS TENHO INSTAGRAM?

1. Criar um *documento Word/PDF* com os teus Termos e Condições, contemplando:

- Informação de quem vende o serviço;
- Características do serviço;
- Preço do serviço;
- Indicação do prazo e do Direito de Arrependimento;
- Duração do Contrato de Prestação de Serviços.

2. Colocar os teus Termos e Condições no *link da bio* onde qualquer pessoa possa aceder e ler!

**Podes usar o Linktree, por exemplo!*



“O que é que a tua advogada escreve nos Termos e Condições?”



INFORMAÇÃO DE QUEM VENDE O SERVIÇO

- Nome/Empresa;
- Morada/Sede da Empresa (não tem de ser morada fiscal);
- Contacto.



PREÇO DO SERVIÇO

- Preço do serviço/produto;
- Informação sobre as partes;
- Prazos para pagamento;
- Inclusão ou referência do pagamento;
- Consequências do não-pagamento;
- Identificação de um pagamento de depósito/reserva.



GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

- Indicação da existência de garantia (antiga “garantia legal”);
- Indicação ao Cliente de como acionar a garantia.

“O que é que a tua advogada escreve nos Termos e Condições?”



RECLAMAÇÕES

- Meios através dos quais seja possível reclamar;
- Referir a existência do Livro de Reclamações (sempre que obrigatório) com link direto para www.livrodereclamacoes.pt



FUNCIONALIDADE DOS CONTEÚDOS DIGITAIS

- Indicação de eventuais incompatibilidades (necessidade de câmara, microfone, suporte de *browsers*).



DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

- Indicação dos países para os quais comercializam;
- Referir o local de saída dos bens ou da prestação de serviços;
- Indicação da eventualidade de cobranças de taxas e impostos aduaneiros para países fora da UE.

“MAS ENTÃO, E A POLÍTICA DE PRIVACIDADE?”

VOLTEMOS À LEI...

Artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa

“Todos os cidadãos têm o direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam, nos termos da lei.”

JÁ OUVISTE CERTAMENTE FALAR NO RGPD, CERTO?

O Regulamento Geral de Proteção de Dados é, atualmente, o diploma mais relevante em matéria de proteção de dados no ordenamento jurídico português e europeu.

Este Regulamento introduziu importantes desenvolvimentos na proteção de dados, uma vez que reforçou alguns **direitos de titulares de dados**, definindo novas regras, referentes ao tratamento, reforçou, ainda, as **competências das autoridades de controlo e estabeleceu a obrigatoriedade de definir os encarregados de proteção de dados**.

Atualmente, é a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto que assegura a execução do RGPD.



“Para que serve, e qual é o objetivo do RGPD?”



PROTEGER DADOS PESSOAIS

Aplicável ao **tratamento de dados pessoais** por meios total, parcialmente ou não automatizados contidos em ficheiros ou a eles destinados. Por dados pessoais entende-se informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável (o titular), nomeadamente:

- Dados genéticos;
- Dados biométricos;
- Dados relativos à saúde;
- Dados relacionados com a origem racial;
- Opiniões políticas;
- Crenças religiosas;
- Ou ainda orientação sexual.

“Para que serve, e qual é o objetivo do RGPD?”



PROTEGER DADOS PESSOAIS

O conceito de dado pessoal, em princípio, não abrange dados de pessoas coletivas, incluindo a sua denominação, forma jurídica e contactos. No entanto, **é possível que a informação diga respeito a pessoas singulares**, e nesses casos, já merece proteção.

Pode concluir-se que o titular dos dados será identificável **se qualquer pessoa tiver os meios necessários para aceder a mais informação**, em especial:

- Se essa informação for pública;
- Se o responsável pelo tratamento tiver os meios necessários para aceder a informação;
- Se um terceiro concreto tiver os meios necessários para aceder a mais informação.

“Para que serve, e qual é o objetivo do RGPD?”



RELAÇÕES DE CONSUMO E CONSENTIMENTO

A maior ligação que envolve o tratamento de dados pessoais do consumidor é a seguinte:

- O consentimento;
- O tratamento dos dados necessários para a execução do contrato, na qual o titular dos dados seja parte, ou para diligências pré-contratuais a seu pedido.

O consentimento apresenta-se como uma manifestação de vontade, livre, específica e inequívoca (Art. 7.º, n.º 3 do RGPD).

Uma vez que estamos perante consumidores é necessária uma especial cautela na avaliação da liberdade do titular. O tratamento de dados pessoais encontra-se vinculado ao cumprimento de uma atuação lícita, transparente e de acordo com o princípio da boa-fé.

Em que te podemos *ajudar*?

 @MAFALDACOIMBRASILVA

 DESCOMPLICARODIREITO.PT

 GERAL@COIMBRAETAVARES.PT

 +351 935 297 921